

Clipping de Atividade - 2023

Edição 397 – Sexta-feira, 26 de maio de 2023

Notícias

Emprego e Renda

Indústria automotiva no Brasil fecha 33,5 mil postos de trabalho em nove anos (DT, 24.05)

Indústria

Consumo de energia ficou estagnado em abril (FSP, 23.05)

Intenção de investimento da indústria é a menor em seis anos, segundo pesquisa da CNI (OESP, 24.05)

Usinas do Centro-Sul aumentam produção de açúcar e etanol em maio (VE, 25.05)

Cana-de-açúcar: moagem no Centro-Sul sobe 24,18% no acumulado desta safra (CR, 26.05)

Confiança

Confiança do comércio diminui 1,5% em maio, diz CNC (VE, 26.05)

Investimentos

Investimento cresce 11% em infraestrutura puxado pelo setor privado (VE, 26.05)

Construção

Pessoal ocupado na indústria da construção sobe 11,4% em 2021 (VE, 25.05)

Setor privado ganha espaço na indústria da construção e setor público perde representatividade, diz IBGE (VE, 25.05)

Crédito

Indústria volta a liderar desembolsos do BNDES (FSP, 22.05)

Bancos elevam projeção para expansão do crédito neste ano para 8,1% (VE, 22.05)

Inadimplência das empresas bate recorde em abril, revela Serasa (VE, 24.05)

Mercado de crédito privado dá sinais de retomada, após três meses parado (VE, 24.05)

Vendas

Passado período de distanciamento social, compras on-line ainda seguem em alta (CBz, 19.05)

'Abrimos uma loja por dia e vamos continuar nessa pegada', diz executivo da Oxxo (OESP, 24.05)

Setor de supermercados está otimista e empresas continuam investindo em abertura de lojas, diz Abras (VE, 25.05)

Consumo nos lares brasileiros em abril cresce 2,09% em relação ao mesmo mês de 2022, diz Abras (VE, 25.05)

Anfavea estima venda de até 300 mil carros novos a mais em 2023 (Poder 360, 26.05)

Mercado de novos e usados paralisa à espera da definição sobre carro popular (VE, 26.05)

Serviços

Anac: Demanda por voos em abril cai 2,9% contra 2019 (VE, 24.05)

Setorial

Índice de preço dos imóveis avança 6,3% em um trimestre e 40% em um ano (VE, 22.05)

Divulgações da Próxima Semana

Horário	Órgão	Indicador	Data	Projeção MCM	Anterior
segunda-feira, 29 de maio de 2023					
8:00	FGV	Sondagem da Indústria	Mai	-	-
terça-feira, 30 de maio de 2023					
8:00	FGV	Sondagem de Serviços	Mai	-	-
		Sondagem do Comércio	Mai	-	-
8:30	BCB	Nota à Imprensa: Pol. Monetária e Op. De Crédito	Abr	12.0%	12.0%
		Nota à Imprensa: Pol. Monetária e Op. de Crédito - Taxa de Inadimplência PF Livres (%)	Abr	-	6.2%
quarta-feira, 31 de maio de 2023					
9:00	IBGE	PNAD Contínua (Taxa de Desemprego %)	Abr	8.6%	8.8%
10:00	CNI	Indicadores Industriais	Abr	-	-
10:15	FGV	Indicador de Incerteza da Economia Brasil (IIE-Br)	Mai	-	-
-	SEPTR	Caged (Emprego Formal) (Mil)	Abr	190000	195171
quinta-feira, 1 de junho de 2023					
9:00	IBGE	PIB (YoY %)	1Q	3.2%	1.9%
		PIB (QoQ %)	1Q	1.2%	-0.2%
sexta-feira, 2 de junho de 2023					
9:00	IBGE	PIM: Produção Industrial (MoM % a.s.)	Abr	0.0%	1.1%
		PIM: Produção Industrial (YoY %)	Abr	-1.5%	0.9%
-	Fenabreve	Vendas de Veículos (em unidades)	Mai	-	-

Obs: a.s: ajuste sazonal. MoM: variação em relação ao mês anterior. QoQ: variação em relação ao trimestre anterior. YoY: variação em relação ao mesmo mês do ano anterior

Notícias

Indústria automotiva no Brasil fecha 33,5 mil postos de trabalho em nove anos

Entre 2013 e 2022, a indústria de motos, carros, comerciais leves, caminhões e ônibus no Brasil fechou 33,5 mil (33.453) postos de trabalho. Em 2013, as fábricas empregavam 135 mil 343 trabalhadores. No ano de 2022, eram 101 mil 889, de acordo com o anuário estatístico 2023 da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores). Perda de 24,7%. Entre 2019 (antes da pandemia de covid-19) e 2022, foram perdidos cerca de cinco mil postos de trabalho (4.861). Em 2019, trabalhavam na indústria de veículos 106,7 mil. No ano de 2022, eram 101 mil 889. A redução é de 4,5 % nos postos de trabalho. Além da crise econômica gerada pela pandemia, há outros cenários da economia que ajudam a explicar os números. A automação das linhas de produção também é outro fator considerado. Os números não incluem os setores de máquinas agrícolas e rodoviárias.

<https://diariodotransporte.com.br/2023/05/24/industria-automotiva-no-brasil-fecha-335-mil-postos-de-trabalho-em-nove-anos/>

Consumo de energia ficou estagnado em abril

O Brasil andou de lado desde abril do ano passado. O consumo de energia elétrica, um dos principais indicadores do crescimento do PIB, ficou estagnado, segundo dados da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Depois de dois meses consecutivos de avanço, o país encerrou abril com estabilidade no consumo em relação ao mesmo período de 2022 —demanda de 65.265 megawatts médios. Desse total, 24.214 MW médios foram utilizados pelo mercado livre, que fornece eletricidade para a indústria e grandes empresas, como shoppings e redes de varejo. O volume representou um leve aumento de 0,4% frente a igual período do ano passado. O restante, 41.051 megawatts médios, foi direcionado ao mercado regulado, no qual estão as residências e pequenos comércios, segmento que teve queda de 0,2% no comparativo anual. Na avaliação dos 15 setores da economia monitorados pela Câmara de Comercialização, quase todos eles registraram consumo

menor, exceto empresas do ramo metalúrgico —que estão de olho na retomada da economia chinesa—, da indústria alimentícia, impulsionada pelas exportações, e do comércio, que foi beneficiado pelo baixo avanço da inflação. O setor de serviços recuou quase 10% no consumo de energia, seguido pelo setor de madeira, papel e celulose (5,7% de queda), têxteis (4,5%) e minerais não-metálicos (4%). Ainda segundo a CCEE, parte desse resultado se explica pela geração distribuída, consumidores que usam painéis solares. Com esse tipo de sistema os consumidores contam com produção própria de energia em boa parte do dia e dependem menos do Sistema Interligado Nacional.

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2023/05/consumo-de-energia-ficou-estagnado-em-abril.shtml>

Intenção de investimento da indústria é a menor em seis anos, segundo pesquisa da CNI

Embora tenha levado ao governo a promessa de investir, no mínimo, R\$ 460 bilhões nos próximos anos, a indústria mostra cautela em iniciar novos aportes diante dos efeitos dos juros mais altos sobre o consumo e o custo de capital. Também pesam a ociosidade ainda elevada em alguns setores e as indefinições que vão desde políticas setoriais à reforma tributária. O setor começou 2023 com a menor intenção de investimento dos últimos seis anos. De cada cinco empresas da grande indústria, apenas uma pretende ampliar a capacidade instalada, segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O trabalho reitera, com números agregados, o tom cuidadoso manifestado anteriormente pelos baixos índices de confiança empresariais. No plano macroeconômico, o novo marco fiscal e a reforma tributária são os principais responsáveis por colocar a indústria em compasso de espera, uma vez que mexem diretamente nas duas variáveis mais sensíveis do setor: juros e impostos. Há, porém, alguns nós específicos. Na indústria automotiva, o tamanho de um novo ciclo de investimento depende do programa, em estudo pelo governo, de resgate do “carro popular”, além da definição das regras e estímulos à introdução de novas tecnologias da segunda fase do Rota 2030, como é conhecido o regime automotivo. Nas fábricas de eletrodomésticos, os investimentos passam por “criteriosa revisão”, segundo a Eletros, entidade que representa o setor. O motivo é a queda de consumo após o pico de demanda durante o período de isolamento da pandemia, o que levou a um aumento de ociosidade nas linhas para algo entre 35% e 40% a depender do segmento. A indústria química, por sua vez, quer garantias de oferta e preços competitivos do gás natural. Apesar da melhora no fornecimento de peças, o que sugere menor pressão de custos e a possibilidade de colocar mais produtos no mercado por fabricantes que sofreram com a escassez de componentes nos últimos dois anos, o levantamento da CNI revela que o número de indústrias interessadas em investir caiu pelo terceiro ano consecutivo. O percentual deste ano, de 68%, é o menor desde 2017, quando 67% tinham intenção de investir no início do ano. A pesquisa da CNI, realizada com 485 empresas que empregam pelo menos 200 pessoas, mostra ainda um foco do setor na busca por ganhos de produtividade. A maioria dos planos de investimento (38%) tem como principal objetivo melhorar o processo produtivo por meio, principalmente, da substituição de máquinas. Outros 26% visam apenas à manutenção da capacidade produtiva, mais do que a parcela de empresas que pretendem expandir a capacidade instalada: 19%. Com o crédito mais caro, 69% das empresas pretendem realizar os investimentos somente ou majoritariamente com recursos próprios, num retrato parecido com o do ano passado. Na avaliação do gerente de análise econômica da CNI, Marcelo Azevedo, a alta dos juros, a redução da demanda, tanto de empresas quanto de consumidores, e a demora na aprovação da reforma tributária são obstáculos aos investimentos neste ano. “Enquanto não sair a reforma, as empresas seguram o passo, já que o sistema tributário atual onera os investimentos, e se concentram em melhorar o processo produtivo para reduzir custos”, comenta o economista. Vilão: Associação que representa a indústria de aparelhos eletroeletrônicos como celulares, notebooks e televisores, a Abinee preparou levantamento a partir de sondagem com seus associados, entre 26 de abril e 8 de maio, que confirmou os velhos vilões do alto preço da produção no Brasil. O sistema tributário e os encargos trabalhistas foram, de longe, os mais citados. A carga tributária elevada recebeu 71% das menções, enquanto os encargos trabalhistas

elevados e a alta complexidade do modelo de recolhimento de impostos do Brasil foram apontados, respectivamente, por 68% e 61% dos fabricantes de aparelhos eletrônicos.

<https://www.estadao.com.br/economia/intencao-investimento-industria-menor-seis-anos/>

Usinas do Centro-Sul aumentam produção de açúcar e etanol em maio

A moagem de cana-de-açúcar alcançou 43,98 milhões de toneladas na primeira quinzena de maio, indicou na quinta-feira (25) a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica). O volume é 28,3% maior que o processado no mesmo período do ano passado. Segundo a entidade, o clima mais seco favoreceu a colheita e a moagem. O nível de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) foi de 124,56 quilos por tonelada de cana-de-açúcar, um pouco abaixo dos 125,82 quilos de ATR por tonelada na safra 2022/2023. A produção de açúcar na primeira quinzena de maio totalizou 2,53 milhões de toneladas. Quantidade que representa um aumento de 50,4%, de acordo com a Unica. Em relação ao etanol, a fabricação aumentou em 15,3% em comparação ao ano anterior, alcançando 1,91 bilhão de litros. Deste total, 254,82 milhões de litros (13% do total) foram produzidos a partir do milho. O volume de etanol hidratado (usado como combustível para veículos) atingiu 1,08 bilhão de litros, um aumento de 1,3%, enquanto o etanol anidro (misturado à gasolina) teve um avanço de 40,5%, totalizando 830,22 milhões de litros. Segundo a Unica, haviam 237 usinas em operação na primeira metade de maio, duas a mais do que no mesmo período de 2022. Safra 2023/24: No acumulado da safra 2023/24, que começou em 1º de abril, a moagem de cana-de-açúcar somou 78,97 milhões de toneladas, um aumento de 24,2%. A média de ATR atingiu 118,39 quilos por tonelada, um avanço de 0,61%. A produção de açúcar totalizou 4,06 milhões de toneladas, um aumento de 48%. Já a fabricação de etanol cresceu 16,5%, alcançando 3,67 bilhões de litros, sendo 2,21 bilhões de litros de etanol hidratado (-4,84%) e 1,47 bilhão de litros de etanol anidro (+75,91%). A fabricação de etanol a partir do milho atingiu 691,98 milhões de litros, representando um aumento de 57,41% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2023/05/25/usinas-do-centro-sul-aumentam-produo-de-acar-e-etanol-em-maio.ghtml>

Cana-de-açúcar: moagem no Centro-Sul sobe 24,18% no acumulado desta safra

A moagem de cana-de-açúcar no Centro-Sul do Brasil totalizou 78,97 milhões de toneladas no acumulado da safra 2023/24 (de abril à primeira quinzena de maio), em comparação com 63,59 milhões de toneladas registradas em igual período da temporada 2022/23. O desempenho corresponde a um avanço de 24,18% entre os dois períodos, de acordo com levantamento da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica). Segundo a entidade, o menor volume de chuvas acelerou o ritmo da moagem. Açúcar e etanol: No acumulado desde o início da safra 2023/24, a fabricação de açúcar pelas usinas totaliza 4,06 milhões de toneladas, em comparação com 2,74 milhões de toneladas do ciclo anterior, representando alta de 48,04%. A qualidade da matéria-prima colhida no acumulado da safra, mensurada em quilos de açúcares totais recuperáveis (ATR) por tonelada de cana-de-açúcar processada, registra alta de 0,61% na comparação anual, com o indicador marcando 118,39 kg de ATR por tonelada. O mix alcooleiro do acumulado do atual ano-safra é de 54,39%, queda ante 2022/23, quando registrava 61,50%. A fabricação de etanol no período atingiu 3,67 bilhões de litros (+16,52%), sendo 2,21 bilhões de etanol hidratado (-4,84%) e 1,47 bilhão de anidro (+75,91%). Do total de biocombustível fabricado desde o início da safra, a produção de etanol de milho atingiu 691,98 milhões de litros, avanço de 57,41% na comparação com igual período do ano passado.

<https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/cana/cana-de-acucar-moagem-no-centro-sul-sobe-2418-no-acumulado-desta-safra/>

Confiança do comércio diminui 1,5% em maio, diz CNC

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) caiu 1,5%, para 108,4 pontos em maio ante abril, informou nesta sexta-feira (26) a entidade. Na comparação com maio de 2022, a queda é de 9,8%. Essa última foi a maior retração do Icec nesse comparativo desde abril de 2021, quando o índice anual caiu 20,7%. No entendimento da CNC, os resultados mostram que, com cenário desafiador para o varejo, os empresários estão menos otimistas quanto ao momento atual e às expectativas para o curto prazo do setor. Todos os quesitos usados para cálculo do indicador mostraram queda em todas as comparações em maio, informou ainda a CNC. É o caso das quedas em condições atuais, com recuo de 3,5% ante abril, e de 16,7% ante maio do ano passado; em expectativas, com retrações de 0,9% ante abril e de 7,4% ante maio de 2022; e de intenções de investimento, com quedas de 0,5% ante abril e de 6,6% em relação a maio do ano passado. No caso do indicador das condições do setor, detalhou ainda a entidade, 58% dos comerciantes apontaram que as vendas pioraram, percentual mais alto dos últimos dois anos. Em comunicado sobre o indicador, o presidente da CNC, José Roberto Tadros, cita endividamento e a inadimplência elevados, além do crédito caro e seletivo, como fatores a limitar capacidade de consumo. “O consumidor tem apresentado otimismo, com melhora da renda disponível em razão da inflação mais baixa e das contratações formais em crescimento, mas isso não tem se traduzido em alta das vendas no varejo de forma geral e sustentada”, resumiu ele, no informe. No mesmo comunicado, a economista da CNC responsável pela pesquisa, Izis Ferreira, comentou que, mesmo com dinâmica mais favorável da inflação, a permanência dos juros altos tem afetado o otimismo dos comerciantes. “Mesmo que o consumidor de rendas média e baixa esteja mais disposto a consumir e com as datas comemorativas dos próximos meses estimulando as vendas, o otimismo é menor entre os empresários de todos os segmentos. A cada dez comerciantes, três consideram que as vendas do setor devem piorar nos próximos meses”, disse a especialista, no informe.

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/26/confianca-do-comercio-diminui-15percent-em-maio-diz-cnc.shtml>

Investimento cresce 11% em infraestrutura puxado pelo setor privado

Em meio a um cenário que une crédito caro e sinalização de mudança de rumos na condução de políticas em energia e saneamento básico, a infraestrutura no país deverá receber R\$ 204,6 bilhões em investimentos neste ano, uma alta nominal de 11,1% em comparação a 2022. Do total de recursos, 65% sairão da iniciativa privada. É o que indica a recém-concluída Carta de Infraestrutura 2023 elaborada pela Inter.B Consultoria Internacional de Negócios. Puxados por energia elétrica, transportes e saneamento básico, os aportes poderão representar 1,95% do Produto Interno Bruto (PIB), se o Ministério dos Transportes cumprir seu plano, ressalva a Inter.B. Em 2022, a investimento em infraestrutura somou o equivalente a 1,86% do PIB. Os cálculos da consultoria consideram a projeção de PIB de R\$ 10,5 trilhões, de acordo com o relatório de acompanhamento fiscal de março da Instituição Fiscal Independente (IFI). Telecomunicações, único segmento a ter redução de aporte na comparação anual, devem receber injeção maior a partir de 2024, com o avanço da implementação do 5G no Brasil. O levantamento aponta aporte de R\$ 26,5 bilhões no segmento em 2023, contratação de 2,2% em um ano. Em energia elétrica, os investimentos devem crescer 15,5% nominalmente ante 2022; em saneamento básico, 12,4%; e 11,2% em transportes. “Não é [um aumento total de aporte] espetacular, mas é um avanço”, avalia Cláudio Frischtak, presidente da Inter.B. As incertezas ocasionadas por imprevisibilidade regulatória (como a ação do governo para alterar o marco do saneamento, derrubada pela Câmara Federal) e o crédito caro não são fatores suficientemente fortes para causar uma mudança material “muito significativa” nos compromissos já assumidos pelo universo privado, disse. “A maior parte dos recursos que serão investidos em 2023 já está em caixa ou contratada”, continua. A Inter.B considera o que está no capex (despesa prevista para investir), e não os anúncios de intenções de aporte. São compromissos que não sofrem alterações da noite para o dia. Projetos menos maduros, contudo, podem sofrer postergações. Se ainda estão em estágio de negociação de crédito, ou contratando prestadores de serviços, por exemplo, poderão caminhar mais lentamente caso o patamar de juros continue elevado por mais tempo, dizem especialistas setoriais. Frischtak reforça que, para os

negócios já encaminhados, o país não está em situação que leve a uma “mudança dramática” ou remapeamento dos negócios. “A lógica em infraestrutura é a de contratação de compromissos de investimento ao longo do tempo. Não há obrigatoriedade de aporte ano a ano”, diz Fernando Camargo, sócio-diretor da LCA Consultores. Então, as companhias têm a possibilidade de empurrar um pouco o programa de investimentos assumidos de um ano para outro se necessário for - o que vale para concessões e autorizações, afirma. O crédito não ficou caro agora. Mas como em infraestrutura as negociações levam mais tempo devido ao volume vultoso de recursos necessários pode haver certo atraso para entender o impacto do cenário de crédito mais caro desde o ano passado aos aportes setoriais. “Há sempre aqueles projetos com uma natural dificuldade de mobilização dos recursos necessários. Mesmo que se espere uma queda tímida [dos juros] para os próximos meses, o atual patamar traz dificuldades que já vêm se arrastando nos últimos meses, e pode começar a se revelar a partir de agora”, disse Eric Brasil, sócio da Tendências Consultoria. A sinalização do governo de retomar espaços em infraestrutura é um ponto de atenção a observar, assim como o do patamar de juros. “Olhando o histórico, quem segurou o investimento em infraestrutura no país foi o setor privado. Eu não consigo ver um cenário em que o aporte público tenha fôlego suficiente para suprir eventual dificuldade do [setor] privado”. A lógica em infraestrutura é a de contratação de compromissos de investimento ao longo do tempo. Não há obrigatoriedade de aporte ano a ano”. Segundo a Inter.B, R\$ 132 bilhões do total de investimentos previstos para 2023 virão do setor privado. O aporte público, concentrado em transportes e saneamento, é de cerca de R\$ 73 bilhões. A PEC da Transição abriu espaço fiscal para investimentos do governo federal, e a maior parte deverá ser empregada em rodovias. O setor de transportes deverá receber injeção de R\$ 67,5 bilhões no ano. “A dúvida, contudo, é a capacidade de execução do Dnit [Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes]”, afirma Frischtak. Trata-se da capacidade de “gerir adequadamente os recursos, de planejar, contratar e avaliar a qualidade e integridade dos investimentos sendo realizados por terceiros” - um gargalo de eficiência velho conhecido do país. A Inter.B projeta crescimento de 1,5% da economia brasileira em 2023, pouco acima do estimado por outros agentes, e Frischtak avalia que a demanda de empresas e famílias poderá incentivar alguns segmentos. Ainda em transportes, por exemplo, há uma necessidade crescente por serviços de logística em ferrovia, rodovia ou hidrovía, motivada sobretudo pela demanda do agronegócio. O país precisará escoar e armazenar 314 milhões de toneladas da safra 2023/23, que supera a anterior em 15%, segundo a Companhia Nacional do Abastecimento (Conab). “Isso é demanda na veia”, diz Frishtack. Ele também crê que a melhora de renda poderá trazer efeito positivo para outros segmentos, como transporte aéreo. Energia elétrica, contudo, ainda é o carro-chefe dos investimentos em 2023, como ocorreu em anos recentes. O setor receberá pouco mais de R\$ 86 bilhões - quase R\$ 77 bilhões do setor privado. Os recursos são direcionados principalmente para a geração devido à expansão das renováveis, principalmente a solar, que vem crescendo rápido. As fontes renováveis foram responsáveis por mais de 92% da oferta de energia em 2022, segundo a Inter.B. Ponto de atenção porque pode breçar alguns investimentos nos próximos anos, lembra Camargo, da LCA, é a definição de regras, pelo governo federal, para a renovação das concessões pelas distribuidoras. Pelo menos 20 contratos vencem até 2031, entre eles de companhias pertencentes às holdings CPFL, Energisa e Enel. Também é o caso da Light, em recuperação judicial. A legislação que possibilita a abertura total do mercado livre de energia, parada no Congresso Nacional, também é uma pauta que precisa caminhar - e incentivará aportes futuros. Já em saneamento básico, os investimentos projetados em R\$ 24,4 bilhões resultam de efeito do novo marco legal do setor aprovado em 2020, diz o documento. Segundo a Inter.B, a nova legislação “impõe uma rápida ampliação dos investimentos dos concessionários” para que as metas propostas sejam alcançadas até 2033. O objetivo é que 99% da população tenha acesso à água potável, e 90%, à coleta e tratamento de esgoto. A falta de água potável impacta quase 35 milhões de pessoas e cerca de 100 milhões de brasileiros não contam com a coleta de esgoto, informa um estudo divulgado em março pelo Instituto Trata Brasil. O governo federal, contudo, apresentou neste ano decretos que foram barrados pela Câmara dos Deputados. O marco do saneamento estabelece uma data-limite para que as empresas apresentem sua capacidade de investimentos, caso contrário, não haverá mais renovações contratuais automáticas. Segundo a LCA, parte dos projetos de empresas que estudam novas concessões pode parar por causa disso. “As [companhias] estaduais não conseguem cumprir

compromissos de investimento há tempos e a agência reguladora não faz pressão porque não tem mecanismos para forçar a empresa a investir”, afirma Camargo

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/26/investimento-cresce-11-em-infraestrutura-puxado-pelo-setor-privado.ghtml>

Pessoal ocupado na indústria da construção sobe 11,4% em 2021

Com o início da recuperação da economia após o período mais agudo da pandemia e juros ainda em patamares mais baixos que os atuais, a indústria da construção registrou crescimento em 2021, como mostram os dados da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), divulgada nesta quinta-feira (25) pelo IBGE. O pessoal ocupado subiu 11,4%, para 2,2 milhões de pessoas, a maior taxa de crescimento desde 2010, quando tinha sido de 18,7%. Entre 2020 e 2021, 225,1 mil trabalhadores foram incorporados à indústria da construção. Já o valor total de salários, retiradas e outras remunerações ficou em R\$ 67,2 bilhões em 2021, 5,7% superior ao de 2020. O montante supera o nível pré-pandemia (R\$ 63,816 bilhões em 2019), mas é 34% inferior ao de 2012 (R\$ 101,823 bilhões). O valor de incorporações, obras e/ou serviços da construção, por sua vez, chegou a R\$ 377,8 bilhões em 2021. Neste caso, no entanto, não é possível comparar com o desempenho de 2020, porque não há deflator para o indicador. “Se em 2020 a construção não foi afetada pela pandemia, por ser atividade essencial, mas teve crescimento modesto, acabou beneficiada pela recuperação econômica em 2021. Naquele ano o país ainda estava com desemprego alto, mas as taxas de juros estavam mais baixas. Isso estimula a questão de investimentos na área e as pessoas pegarem crédito. Foram esses fatores que contribuíram para o cenário mais positivo”, afirma o analista da PAIC 2021 Marcelo Miranda. Na análise por segmento da indústria, a construção de edifícios teve R\$ 168,6 bilhões em valor de incorporações, obras e/ou serviços da construção em 2021, o que significa 44,6% do total. Em 2012, esta fatia era menor, de 42,6%. O ramo teve 807.702 pessoas ocupadas – 16,4% a mais que em 2020 – e foi uma das principais influências para o aumento do pessoal ocupado como um todo. Além disso, atingiu um valor de R\$ 21,4 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações. Já as obras de infraestrutura chegaram a R\$ 122,4 bilhões em valor de incorporações, obras e/ou serviços da construção, o que era 32,4% do total. O segmento perdeu participação nos últimos anos, já que sua fatia era de 40,8% em 2012. Foi também o único entre os três ramos da construção a registrar queda de pessoal ocupado em 2021, ante 2020, de -0,6%, para 637.291 pessoas ocupadas. O valor de salários, retiradas e outras remunerações foi de R\$ 24,5 bilhões. Por fim, os serviços especializados para a construção tiveram R\$ 86,9 bilhões em valor, uma parcela de 23% no total da indústria. O segmento ganhou representatividade nos últimos anos: a fatia era de 16,6% em 2012. O total de pessoas ocupadas, por sua vez, subiu 17,9% frente a 2020, para 758.738 pessoas, a maior alta entre os três ramos. Já o valor em salários, retiradas e outras remunerações chegou a R\$ 21,2 bilhões. Em 2021, o país tinha 147,4 mil empresas de construção. O número cresceu 11,7% frente a 2020, maior taxa anual desde 2013.

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/25/pessoal-ocupado-na-industria-da-construcao-sobe-114percent-em-2021.ghtml>

Setor privado ganha espaço na indústria da construção e setor público perde representatividade, diz IBGE

Puxado pelo segmento de infraestrutura, o setor privado ganhou participação na indústria da construção como um todo nos últimos anos, em contraponto à perda de representatividade do setor público. Em 2007, o setor privado respondia por 59,7% da indústria, parcela que subiu para 74,4% em 2021, aponta a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) 2021 nesta quinta-feira (25) pelo IBGE. É a maior taxa de toda a série histórica do indicador, iniciada em 2007. Já a fatia do setor público caiu de 40,3% para 25,6%, em igual base de comparação. No segmento de infraestrutura, a fatia da iniciativa privada subiu de 44,3% em 2007 para 56,8% em 2021. Ao longo dos anos, o setor privado tem ganho cada vez mais relevância no total da indústria da

construção e atingiu o maior valor da série em 2021. O dado significa que, do total da indústria da construção, 74,4% foi demandado pelo setor privado. Segundo o analista da PAIC 2021 Marcelo Miranda, a expansão da representatividade do setor privado em infraestrutura reflete o avanço das Parcerias Público-Privadas (PPPs), mas também pode ser resultado da recessão dos anos de 2015 e 2016 e da redução dos gastos do setor público nos últimos anos, que perde participação no todo. “Quem puxa mais esse avanço do setor privado é justamente o segmento de obras de infraestrutura. A principal explicação para isso é o início de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Também teve em 2015 e 2016 uma recessão, então traz impacto para o setor público. [...] Esse crescimento do setor privado também pode significar mais queda do valor do setor público que essencialmente o aumento do setor privado. Essa questão de redução dos gastos do setor público nos últimos anos pode ter impactado também”, afirma. A pesquisa do IBGE também aponta outra tendência da indústria da construção nos últimos dez anos: o recuo da concentração no setor. Em 2021, as oito maiores empresas correspondiam a 4,3% da indústria da construção, abaixo dos 4,6% de 2020 e menos da metade dos 10,8% de 2012. O resultado de 2021 é o menor de toda a série histórica da pesquisa, iniciada em 2007. No segmento de infraestrutura, 24,6% da indústria era concentrada nas oito maiores empresas em 2012, participação que caiu para 9,4% em 2020 e 8,4% em 2021. É também o menor patamar da série histórica. De acordo com Marcelo Miranda, a Lava-Jato e o fim do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) podem ajudar a explicar esse movimento. “A gente percebe ao longo dos anos cada vez mais uma diminuição dessa concentração. Essa queda ocorre justamente pelo segmento de obras de infraestrutura. Uma explicação que pode dar é uma instabilidade jurídica que ocorre ali a partir de 2014 e 2015 e o novo arcabouço político-institucional. [...] A Lava-Jato pode ter sido também uma influência para esse tipo de movimento. Também tem as obras do [Programa de Aceleração do Crescimento] PAC, que acabaram nos últimos anos. Na época tinham os campeões nacionais, as empresas ganhavam relevância”, diz.

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/25/setor-privado-ganha-espao-na-industria-da-construcao-e-setor-publico-perde-representatividade-diz-ibge.ghtml>

Indústria volta a liderar desembolsos do BNDES

A indústria foi o setor que recebeu a maior parcela dos desembolsos em financiamentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no primeiro trimestre de 2023. Considerando somente o período de janeiro a março, é a primeira vez que isso ocorre em dez anos, ou seja, desde 2013. O resultado veio em meio à troca de comando no banco público. Desde que tomou posse, no início de fevereiro, o presidente do BNDES no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Aloizio Mercadante, vem sinalizando que a indústria será um dos focos da nova gestão. De janeiro a março de 2023, os desembolsos do banco para diferentes setores somaram R\$ 19,1 bilhões. Dessa quantia, a parcela de 32% (R\$ 6,1 bilhões) foi destinada à indústria. Assim, o segmento ficou à frente do setor de infraestrutura, que recebeu 28,9% dos desembolsos (R\$ 5,5 bilhões). O ramo de infraestrutura reúne atividades como energia elétrica, construção, transportes e telecomunicações. Comércio e serviços (19,8% ou R\$ 3,8 bilhões) e agropecuária (19,2% ou R\$ 3,7 bilhões) fecharam a lista dos setores no primeiro trimestre deste ano. A área de infraestrutura vinha recebendo a maior parcela dos desembolsos do BNDES no período de janeiro a março. De 2014 a 2022, esse setor foi o que mais obteve recursos no primeiro trimestre em 8 dos 9 anos. A exceção foi 2020. À época, a agropecuária teve a maior parcela dos desembolsos do BNDES no primeiro trimestre. Em uma comparação com diferentes intervalos da série histórica, o período de janeiro a março de 2023 foi o primeiro desde o quarto trimestre de 2016 com a indústria na liderança do ranking dos setores. Em nota, o BNDES classificou o avanço da participação industrial neste ano como "aumento significativo". Esse resultado, segundo o banco, foi puxado pelo crescimento dos desembolsos para as fábricas em março. De acordo com a instituição, a expectativa é ter um aumento na representatividade da indústria nos financiamentos no médio e longo prazos. "Espera-se que ocorra um incremento da participação da indústria nos desembolsos do BNDES no futuro, tendo em vista as medidas de fortalecimento da indústria, incluindo a construção de uma agenda positiva juntamente com o Executivo e o Congresso", diz a nota. Em

valores correntes (sem o ajuste pela inflação), os desembolsos do banco para diferentes setores passaram de R\$ 14,8 bilhões no primeiro trimestre de 2022 para R\$ 19,1 bilhões em igual período de 2023. A alta foi de aproximadamente 29%. Nessa mesma base de comparação, os desembolsos para a indústria subiram cerca de 85% (de R\$ 3,3 bilhões para R\$ 6,1 bilhões). Enquanto isso, os recursos para infraestrutura recuaram em torno de 5% (de R\$ 5,8 bilhões para R\$ 5,5 bilhões). Em comércio e serviços, houve alta de cerca de 30% (de R\$ 2,9 bilhões para R\$ 3,8 bilhões). Na agropecuária, o avanço foi de aproximadamente 33% (de R\$ 2,8 bilhões para R\$ 3,7 bilhões). "A indústria havia perdido espaço dentro dos desembolsos do banco. O aumento da participação é um prenúncio da reorientação do BNDES", avalia o professor João Prates Romero, do Cedeplar (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional), da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Ele considera positivo o incremento dos recursos para as fábricas, mas avalia que essa medida precisa mirar em segmentos específicos, como os associados a transformações tecnológicas, por exemplo. "Espero que essa retomada da indústria seja por meio de uma indústria mais de ponta", afirma. Dos R\$ 6,1 bilhões desembolsados pelo BNDES para as fábricas no primeiro trimestre de 2023, a maior parcela ficou com o subsetor de material de transporte. Essa atividade recebeu o equivalente a 42,6% (R\$ 2,6 bilhões) da quantia destinada à indústria. Anúncio de nova linha de crédito: Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, Mercadante indicou na semana passada que o BNDES pretende ampliar as opções de crédito para a indústria. Segundo ele, um anúncio nesse sentido está previsto para ocorrer na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) na quinta-feira (25), data que celebra o Dia da Indústria. Ao tocar nesse ponto, Mercadante também lembrou que o banco destinou neste mês mais R\$ 2 bilhões para uma linha de crédito voltada para agricultores com recebíveis em dólar. A modalidade foi lançada em abril, com disponibilidade inicial de R\$ 2 bilhões. "Vamos lançar uma linha semelhante, uma para exportação para a indústria e outra para financiar a indústria exportadora. É o que posso fazer hoje sem recursos do Tesouro", disse Mercadante no Roda Viva. "Vamos lançar dia 25, na Fiesp, uma linha muito forte de apoio nas mesmas condições que fizemos para a agricultura. Vocês vão ver, não posso falar ainda, mas também vamos ampliar o financiamento da agricultura", afirmou na ocasião. Em seu discurso de posse, em fevereiro, o presidente do BNDES elogiou o fato de o Brasil ser a "fazenda do mundo", em uma referência à capacidade nacional de produção de alimentos. O petista, contudo, disse que o país não poderia ser somente a fazenda e avaliou que bens industriais de alto valor agregado seriam essenciais para o desenvolvimento. Como mostrou a Folha, o BNDES desembolsou em 2022 mais recursos em financiamentos para a agropecuária do que para a indústria pelo quinto ano consecutivo. Esse movimento começou em 2018, no governo Michel Temer (MDB), e continuou ao longo do mandato de Jair Bolsonaro (PL).

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/industria-volta-a-liderar-desembolsos-do-bndes.shtml>

Bancos elevam projeção para expansão do crédito neste ano para 8,1%

Apesar do dado ruim de março e do tom cauteloso dos executivos nos balanços do primeiro trimestre, os bancos elevaram levemente a projeção de crescimento do estoque de crédito neste ano, de 7,9% para 8,1%. Os dados são da Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas, realizada a cada 45 dias, logo após a divulgação da ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). A revisão para este ano foi puxada pela alta na expectativa do desempenho do crédito direcionado, que passou de 8,4% para 8,8%. A expectativa para o crédito livre subiu um pouco menos, de 6,8% para 7,1%. Dentro do crédito direcionado, para pessoa física houve expansão de 8,9% para 9,6%, enquanto para pessoa jurídica houve queda de 6,9% para 6,8%. Já no crédito livre, em PF houve alta de 8,3% para 8,5%; e em PJ houve forte queda de 5,1% para 3,9%. Segundo a Febraban, isso reflete o aumento do risco no segmento (caso Americanas e aumento da quantidade de pedidos de recuperação judicial), além de um possível menor apetite das empresas por crédito, especialmente para investimento, dado o cenário econômico ainda adverso. "No geral, a pesquisa captou uma divergência entre a expectativa para o crédito destinado às famílias e às empresas. No caso do primeiro, a sensação é que o pico da inadimplência pode estar próximo, fato que pode levar a uma desaceleração menos intensa da carteira ao longo do ano", afirma Rubens Sardenberg, diretor de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da Febraban. "Além disso, os estímulos

implementados pelo governo e a maior resiliência do consumo das famílias também são vetores positivos importantes para evitar um maior arrefecimento da carteira”. O diretor ressalta que “por outro lado, o segmento corporativo continua desafiador, diante dos vários pedidos de recuperação judicial por grandes empresas, além do cenário econômico ainda incerto, fato que tende a conter tanto a oferta como a demanda, ajudando a explicar a piora das projeções no segmento”. Ainda de acordo com a pesquisa, houve leve piora na perspectiva para a inadimplência da carteira livre em 2023, que subiu de 4,7% na pesquisa de março para 4,8% na pesquisa atual. Assim, o mercado continua esperando certa deterioração do indicador até o final do ano, uma vez que a inadimplência dessa carteira está em 4,6%, segundo os últimos dados Banco Central.

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/05/22/bancos-elevam-projecao-para-expansao-do-credito-neste-ano-para-81percent.ghtml>

Inadimplência das empresas bate recorde em abril, revela Serasa

O número de empresas negativadas atingiu 6.512.731 em abril, com alta anual de 6,4%. Esse foi o maior patamar registrado pelo Indicador de Inadimplência da Serasa Experian em toda a série histórica, iniciada em 2016. O valor das dívidas, quando somadas, também cresceu e atingiu quantia recorde, de R\$ 117,5 bilhões. Dentre as mais de 6,5 milhões de companhias negativadas, 5,756 milhões são micro e pequenos negócios. De acordo com o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi, o quadro econômico do país continua impondo desafios aos empreendedores, que acabam entrando na inadimplência. “Com insumos encarecidos, juros altos e nenhum incentivo ao consumo, o fluxo de caixa das empresas não encontra espaço para crescer, o que torna a quitação de dívidas inviável para os donos de negócios”, diz em nota. Os empreendimentos do segmento de serviços são os mais afetados e representam 54% do total de inadimplentes. Em sequência está o comércio, com 37%, seguido por indústrias (7,7%), setor primário (0,8%) e outros (0,5%) – categoria que contempla empresas financeiras e do terceiro setor. Os principais credores são o setor de serviços (30,6%), bancos/cartões (18,5%), telefonia (7,9%), utilities (6,7%) e varejo (3,9%). São Paulo é o Estado com o maior número de empresas inadimplentes (2,057 milhões de CNPJs). Em segundo lugar estava Minas Gerais (605,9 mil), seguido pelo Rio de Janeiro (584,9 mil), Paraná (413,6 mil) e Rio Grande do Sul (384,0 mil).

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/05/24/inadimplencia-das-empresas-bate-recorde-em-abril-revela-serasa.ghtml>

Mercado de crédito privado dá sinais de retomada, após três meses parado

O mercado de crédito privado começa a dar sinais de recuperação neste mês, após ter secado entre fevereiro e abril. O custo para levantar recursos parou de subir, depois do salto ocorrido nos primeiros quatro meses do ano, e as emissões de títulos como debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) voltaram ao radar das empresas. A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) registra quatro novas operações de emissão de CRA e debêntures que totalizam quase R\$ 3 bilhões - considerando as ofertas em análise e em andamento, sem contar as feitas por emissores frequentes e voltadas a investidores sofisticados. Uma delas é a da Celg, da Equatorial Energia, de R\$ 1 bilhão, já com prospecto lançado. O número não parece muito forte diante do volume já visto de debêntures, mas Luis Gustavo Pereira, da Guide Investimentos, contextualiza: “É significativo porque não estávamos vendo grandes [companhias] emitindo, e a atividade voltou”. Além da Celg, Pereira cita a Cemig e a Iguá Saneamento, em fase de “road show”. “Parece que estamos chegando ao ponto de inflexão”, diz Guilherme Maranhão, da Anbima. Segundo ele, as empresas planejam financiamentos e investimentos. Em 2022, as emissões de debêntures atingiram R\$ 270 bilhões, chegando a R\$ 35 bilhões em dezembro. Em janeiro deste ano, a virada ocorreu após o escândalo Americanas, que precedeu uma série de más notícias. A exemplo da varejista, BRK Financeira, Light e Oi estão em recuperação judicial. A melhora atual é puxada pela perspectiva de início dos cortes da Selic e de aprovação do arcabouço fiscal.

<https://valor.globo.com/impreso/noticia/2023/05/24/mercado-de-credito-privado-da-sinais-de-retomada-apos-tres-meses-parado.ghtml>

Passado período de distanciamento social, compras on-line ainda seguem em alta

Mesmo após o fim das medidas de distanciamento social impostas pela pandemia, o comércio eletrônico se manteve em alta. É o que diagnosticou a TIC Domicílios 2022, lançada na última terça-feira (16/5) pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Segundo o estudo, 67 milhões de usuários de Internet compraram online produtos e serviços em 2022. O número é maior do que os 44 milhões apontados em 2018, última vez em que o módulo foi analisado pela pesquisa. “Com a crise sanitária provocada pelo novo coronavírus e o consequente isolamento social, houve um incremento da proporção de pessoas que compram online, proporção essa que se manteve em 2022. Observou-se também uma ampliação dos tipos de produtos comprados pela Internet, revelando uma mudança no perfil do comércio eletrônico do país nos últimos anos”, afirma Fabio Storino, coordenador da pesquisa. Com isso, se torna possível dizer que comprar pela internet virou de fato um hábito dos brasileiros. Em 2018, o fator desconfiança em relação ao consumo pela internet ainda aparecia de forma acentuada. Na época, entre os usuários de Internet que não adquiriram produtos e serviços on-line, a maioria relatava preferir realizar compras pessoalmente (83%), outros não tinham confiança no produto a ser recebido (62%), ou se preocupavam em fornecer informações pessoais ou em usar o cartão de crédito pela Internet (59%). Um indício de que a confiança no consumo on-line aumentou é que o uso de cartão de crédito para o pagamento de compras em comércio eletrônico também cresceu. Em 2018, 69% dos usuários diziam utilizar o cartão como forma de pagamento. Em 2022, foram 73% — a forma mais utilizada, segundo a pesquisa. O Pix, lançado no final de 2020 e medido pela primeira vez pela pesquisa, ficou em segundo lugar (66%). “Apesar de ser um meio de pagamento mais novo, o Pix foi usado por 44 milhões de brasileiros nas compras online, incluindo 23 milhões da classe C e 5 milhões das classes DE”, comenta Storino. Categorias: Na comparação com 2018, a categoria de roupas, calçados e materiais esportivos destacou-se em compras online, sendo citada por 64% dos que adquiriram pela Internet em 2022, proporção que era de 49% em 2018. Na sequência, aparecem produtos para a casa e eletrodomésticos (de 45% para 54%) e comidas e produtos alimentícios (avanço de 21% para 44%). Em relação aos serviços realizados on-line, os que mais cresceram no período foram: pedir táxi ou motoristas em aplicativos (de 32% para 40%); pagar por filmes ou séries na Internet (de 28% para 38%); e fazer pedidos de refeições em sites ou aplicativos (de 12% para 33%).

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/05/5095783-passado-periodo-de-distanciamento-social-compras-on-line-ainda-seguem-em-alta.html>

‘Abrimos uma loja por dia e vamos continuar nessa pegada’, diz executivo da Oxxo

O CEO regional de Mobilidade da Raízen, responsável pelas operações digitais de lubrificantes e combustíveis do Brasil, Paraguai e Argentina, Teófilo “Teo” Lacroze, afirmou que a rede de lojas Oxxo deve manter o mesmo ritmo de expansão atual, com uma loja sendo aberta por dia no País. A Oxxo é uma rede de mercado criada pela joint venture do grupo mexicano Femsa e Raízen. “A gente continua abrindo uma loja Oxxo por dia e o objetivo é continuar nessa pegada daqui para frente”, afirmou ele durante o Raízen Day, evento realizado para investidores nesta quarta-feira, 24, em São Paulo. O grupo já tem 325 lojas da Oxxo. As lojas da marca chegaram ao Brasil em 2021, durante a pandemia, e rapidamente se alastrou pelas ruas das principais capitais. Diferentemente do modelo de negócios adotado no México, a Oxxo adicionou às suas unidades no País a venda de pães, frutas e vegetais, assim como tabaco e itens de higiene e limpeza. Entre México, Peru, Chile, Colômbia e Brasil, o total de lojas chega a nada menos do que 19 mil. Lacroze ressaltou ainda que a empresa deve focar no crescimento do mix de produtos diferenciados, como Shell V-Power, Shell Evolux e lubrificantes. O executivo disse que o programa Shell Box, aplicativo de pagamento da marca Shell destinado a motoristas, já tem cerca de 15 milhões de clientes, com mais de 150 mil transações registradas por dia e mais de R\$ 7 bilhões transacionados por ano. “Essa vai ser a ferramenta de fidelização (da companhia) daqui para frente”, ressaltou.

Durante a apresentação no evento, ele afirmou que todas as operações da companhia planejadas para o Paraguai, no primeiro ano de operação, foram cumpridas. Na Argentina, a Raízen realizou “investimentos críticos” para aumentar a capacidade de processamento para 35,5 milhões de barris diários até o fim do ano-safra 2023/24. “Esse investimento vai trazer mais de US\$ 60 milhões de margem incremental ao ano”, comentou.

<https://www.estadao.com.br/economia/negocios/oxxo-lojas-uma-por-dia/>

Setor de supermercados está otimista e empresas continuam investindo em abertura de lojas, diz Abras

O vice-presidente executivo da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Márcio Milan, afirma que o setor está confiante para os próximos meses, apesar da desaceleração do crescimento de receitas de varejistas no último trimestre. Milan afirma que os quatro primeiros meses deste ano foram beneficiados pela melhora do cenário macroeconômico, especialmente no que diz respeito à possibilidade de consumo das famílias. “Nós temos um desemprego menor que no ano anterior, tivemos aumento real do salário mínimo e a transferência de renda dos programas do governo”, afirmou. Além disso, o executivo destacou que o número de aberturas de lojas até o momento evidencia a expectativa de consumo resiliente. Entre janeiro e maio a rede nacional somou 166 novas lojas, das quais foram 86 inaugurações — 48 supermercados e 38 atacarejos. Outras 80 lojas foram reinauguradas. Ainda de acordo com Milan, a realidade do varejo alimentar não se resume aos números de companhias com capital aberto na B3, considerando que “muitas das empresas não-listadas em bolsa possuem liderança regional”. “Tivemos resultado extremamente positivos no primeiro quadrimestre e ainda temos tendências positivas”, afirmou.

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/05/25/setor-de-supermercados-esta-otimista-e-empresas-continuam-investindo-em-abertura-de-lojas-diz-abras.ghtml>

Consumo nos lares brasileiros em abril cresce 2,09% em relação ao mesmo mês de 2022, diz Abras

O consumo nos lares brasileiros durante o mês de abril avançou 2,09% em relação ao mesmo mês de 2022, de acordo com dados divulgados nesta quinta-feira (25) pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Em relação a março deste ano, a alta foi de 1,47%. O vice-presidente da Abras, Márcio Milan, afirma que os números refletem uma tendência positiva de medidas governamentais como a ampliação de recursos do programa Bolsa Família. O montante repassado às famílias brasileiras no mês de abril totalizou R\$ 14 bilhões, distribuídos a 21,2 milhões de beneficiários. Outro destaque do período é o benefício Primeira Infância, que realiza um pagamento extra de R\$ 150 por criança na família. Já o programa Auxílio Gás foi beneficiado pela queda nos preços do gás, de R\$ 112 para R\$ 100. “Isso mostra que as políticas adotadas de transferência de renda, contra inflação e desemprego têm contribuído”, afirmou. A expectativa é de que as vendas de supermercados ainda avancem mais no primeiro trimestre, considerando o reajuste salarial de servidores públicos do Poder Executivo e a antecipação do 13º salário para beneficiários do INSS. A projeção de crescimento para este ano é de 2,5%, com possibilidade de revisão ao final do primeiro semestre. Ainda em relação ao governo federal, Milan afirmou que o setor está otimista em relação à aprovação do novo arcabouço fiscal, mencionando “redução de gastos do governo e sem aumento de impostos”. Troca de marcas: A variedade de marcas que compõem o equivalente a 80% do consumo brasileiro continuou a crescer. O número de marcas de feijão até março deste ano foi de 71, ante 67 marcas até março de 2022. De acordo com o vice-presidente da Abras, Márcio Milan, o maior número de marcas reflete a troca de escolhas dos consumidores. Os preços do feijão subiram 4,41% no mês de abril, acumulando alta de 12,02% desde janeiro. “O consumidor continua fazendo suas escolhas e trocando as marcas para fazer seu consumo”, afirmou Milan. Também foi registrada alta no número de marcas de arroz, que passou de 65 para 68 no mesmo intervalo. O tomate teve alta de 10,64% nos preços neste mês, apesar da queda de preços acumulada de 0,5%. Também registrou alta o leite longa vida, de 4,96%, em razão da entressafra. Entre

janeiro e abril a alta foi de 9,58%. “A tendência deste produto é de alta nos próximos meses”, apontou Márcio Milan. Já o preço da cebola caiu 7,01% em abril, com queda de 41,18% desde janeiro. Os cortes traseiros da carne bovina acumulam queda de 4,86% neste ano, com recuo de preços de 1,16% em abril. A chamada cesta Abrasmercado, composta por 35 itens de largo consumo, somou R\$ 751,29 no mês de abril, uma alta de 0,53% em relação a março. A variação de preços de alimentos teve alta de 0,71%, em relação a 0,61% da inflação geral medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/05/25/consumo-nos-lares-brasileiros-em-abril-cresce-209percent-em-relacao-ao-mesmo-mes-de-2022-diz-abras.ghtml>

Anfavea estima venda de até 300 mil carros novos a mais em 2023

A Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) estima que o anúncio das estratégias de redução dos preços para volta do carro popular anunciada pelo governo na 5ª feira (25.mai.2023) pode resultar em um aumento na venda de carros novos de 200 mil a 300 mil unidades em 2023. Segundo apuração do Poder360, os dados ainda são preliminares. Isso porque, embora as medidas para baratear os carros tenham sido anunciadas, as regras ainda não foram publicadas no DOU (Diário Oficial da União) e podem sofrer alterações da equipe econômica. A avaliação da Anfavea considera a aplicação da medida até o fim do ano. O governo, no entanto, ainda não estabeleceu quanto tempo duraria o subsídio. Haverá descontos no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e no PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) dos veículos produzidos e os que estão nas concessionárias. “Você aumenta as vendas de 0 km, aumenta o giro de usados né [...] tem todo um giro que na ponta final tira os carros mais antigos do mercado, o nosso cálculo aqui da Anfavea indica que um carro com 30 anos de uso polui 23 vezes mais que um 0 km”, afirma a Anfavea. Ressalva: Para consolidar a expectativa da instituição, porém, é preciso que haja definição das novas regras da tentativa de barateamento do carro popular, a fim de que haja a reversão do cenário da alta de preços. As novas medidas serão publicadas, segundo o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por meio de MP (medida provisória) e decreto presidencial em até 15 dias. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a equipe econômica têm esse prazo para calcular o valor da renúncia fiscal. Nos últimos 5 anos, o volume de vendas de carros usados foi quase 5 vezes superior aos de carros novos. Em 2021, a relação comparativa foi quase 6 vezes maior em veículos considerados mais poluentes.

<https://www.poder360.com.br/economia/anfavea-estima-venda-de-ate-300-mil-carros-novos-a-mais-em-2023/>

Mercado de novos e usados paralisa à espera da definição sobre carro popular

Toda vez que surgem informações sobre eventual redução de preços nos carros o mercado para, tanto no segmento de novos como de usados. E desta vez, com a iminência de anúncio de reduções de até 10,96%, não foi diferente. O volume de consultas e de negócios caiu, segundo informações de concessionários, na manhã desta sexta-feira (26), um dia depois do anúncio do programa governamental. A recuperação, tanto no fluxo das lojas quanto das vendas está, de certa forma, nas mãos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que analisa a viabilidade de o governo conceder redução de PIS/Cofins nos carros beneficiados pelo programa do carro popular, anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Fazenda tem 15 dias para editar a Medida Provisória que prevê descontos a partir de 1,5% para veículos com preços abaixo de R\$ 120 mil e condiciona os abatimentos a algumas outras variáveis, como quantidade de peças nacionais e nível de emissões e de consumo de combustível. “Houve uma certa parada nas vendas de modelos cujos preço de tabela são abaixo de R\$ 120 mil”, afirma Marcos Leite, gerente da Amazon, grupo de concessionárias de São Paulo. “Nós alertamos aos clientes que, conforme foi anunciado, quanto mais próximo de R\$ 120 mil menor o desconto. Mas alguns clientes ficaram confusos, talvez porque não se aprofundaram na informação”, destaca. Mesmo quem se aprofundou na notícia ficou confuso porque nem a equipe econômica se alinhou para fazer esse anúncio. Representantes

do governo chegaram a considerar, ontem, a possibilidade de uma pré-venda. Mas isso é complicado. Comprar um carro não é como adquirir um ingresso de teatro, que oferece até vantagens de escolha do melhor lugar na compra antecipada. Negócios de automóveis quase sempre envolvem a troca pelo usado. Segundo um revendedor do varejo, as indefinições provocarão impacto na avaliação do carro usado que entra como parte de pagamento por um novo. Isso porque a notícia de que o preço do zero-quilômetro vai cair provoca um efeito dominó, no mercado, que pode refletir na desvalorização do usado. O mercado de usados já não vinha bem. Apresentou, em abril, queda de 0,8% na comparação com o mesmo mês do ano passado. As concessionárias também trabalham com ações de marketing específicas. Determinado modelo pode num dia ser o alvo de uma campanha promocional, que pode envolver algum desconto no pagamento à vista ou juros menores no financiamento. Ou outra vantagem. Essas ações também acabam sendo impactadas e o consumidor acaba se distanciando das vendas por mais que o vendedor tente explicar que nem sempre o desconto que virá será tão atrativo quando a promoção daquele dia. Por meio de nota, a Fenabrave, entidade que representa os concessionários do país, disse que considera as medidas anunciadas pelo governo positivas. Segundo o presidente, Andreta Jr., a Fenabrave acredita numa redução de preços para valores abaixo de R\$ 60 mil nos carros mais baratos, como deseja o governo, “se atrelada a um crédito mais farto e barato”. A entidade vai aguardar o decreto para fazer projeções. No mesmo compasso de espera estão todas as montadoras. A Volkswagen, por exemplo, emitiu uma nota destacando que avalia atentamente as medidas de incentivo ao setor automotivo. “A empresa reconhece que a iniciativa pode ter forte impacto positivo na economia nacional ao facilitar o acesso aos veículos zero-quilômetro. No entanto, aguarda a divulgação detalhada do programa, por parte do governo, para comentar o tema.”

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/05/26/mercado-de-novos-e-usados-paralisa-espera-da-definio-sobre-carro-popular.ghtml>

Anac: Demanda por voos em abril cai 2,9% contra 2019

O mercado aéreo mantém o seu ritmo de retomada de demanda depois do caos provocado pela pandemia. Em abril, o setor teve uma demanda (medida em RPK) apenas 2,9% abaixo de igual mês de 2019. Já a oferta (em ASK) apresentou alta de 2,5%, demonstrando que as aéreas têm mantido o movimento de aumento de oferta de assentos, cenário importante para que os consumidores comecem a talvez sentir uma queda nos preços — embora a tendência passada por executivos é de que os preços fiquem estáveis até o fim deste ano. O mercado doméstico transportou 7 milhões de passageiros em abril, queda de 4,7% contra o pré-pandemia. A ocupação das aeronaves caiu 5,2%, para 77,6%. No mês, Latam manteve a liderança do mercado doméstico, com 37,4% da demanda. A Gol ficou em segundo, com 33%, seguida pela Azul, 29,1%. No lado de carga, foram transportadas 34.400 toneladas no mês, queda de 5,7%. No internacional, a demanda apresentou queda de 12,1% no mês contra 2019. A oferta caiu 10,7%.

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/05/24/anac-demanda-por-voos-em-abril-cai-29percent-contra-2019.ghtml>

Índice de preço dos imóveis avança 6,3% em um trimestre e 40% em um ano

O Indicador de Confiança do Setor Imobiliário Residencial, pesquisa feita pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) em parceria com a Deloitte, aponta que, no primeiro trimestre, houve alta de 6,3% no índice de preço dos imóveis, em relação ao último período de 2022. Ocorreu um incremento de 7,6% no preço das unidades econômicas, do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), e alta de 4,3% no médio e alto padrão. Na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, há alta de 40% no índice geral dos preços, também com incremento maior no setor econômico (47,3%) do que no de médio e alto padrão (33,9%). O levantamento foi feito com 49 construtoras e incorporadoras. Para o segundo trimestre, a expectativa é de aumento nos preços das unidades, sendo que as empresas do MCMV esperam uma alta mais forte. Para os

próximos cinco anos, espera-se um “forte aumento” nos preços em geral. O índice de vendas de imóveis residenciais caiu 0,7% ante o final de 2022, mostra a pesquisa. A leve retração foi puxada pelo segmento de médio e alto padrão, que recuou 4,4%, enquanto o setor econômico, de unidades do MCMV cresceu 2,8%. Na comparação com o primeiro trimestre de 2022, há um leve aumento de 0,7% no índice de vendas, com resultados extremos dos dois lados: o econômico subiu 21,3%, enquanto o de médio e alto padrão recuou 16%. Para o segundo trimestre e os próximos 12 meses, a expectativa é de vendas maiores no MCMV e estáveis no médio e alto padrão. Um dos motivos para isso é o crescimento lento da economia e as condições pouco atrativas do financiamento imobiliário, aponta o texto que acompanha os dados da pesquisa. A demanda pelos imóveis variou pouco em relação ao final do ano passado. O índice de procura pelas unidades cresceu 1% no geral, com alta de 2,8% para o MCMV e queda de 1,1% para o segmento de médio e alto padrão. Em relação ao primeiro trimestre de 2022, também há estabilidade na procura percebida. O índice manteve os mesmos 146,5 pontos. Para o segmento econômico, houve aumento de 22,6% na procura, enquanto no médio e alto padrão houve queda de 17,5%. Luiz França, presidente da Abrainc, afirma que, no geral, os empresários sinalizam que o desempenho do setor em 2023 deve ser similar ao dos últimos anos. Entre as empresas pesquisadas, 90% pretendem lançar empreendimentos em 3 a 12 meses, o que representa um recuo de 6 pontos percentuais ante o quarto trimestre e de 5 pontos sobre o início de 2022.

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/05/22/indice-de-preco-dos-imoveis-avanca-63percent-em-um-trimestre-e-40percent-em-um-ano.ghtml>

FSP - Folha de São Paulo

OESP - O Estado de São Paulo

VE - Valor Econômico

VI – Valor Investe

JC – PE - Jornal do Commercio – PE

ZH - Zero Hora

GZ Povo - Gazeta do Povo - PR

O Popular - O Popular-GO

O Globo - O Globo

O Povo - O Povo-CE

O Liberal - O Liberal-PA

AE - Agência Estado

AB - Agência Brasil

IBGE N – Agência IBGE Notícias

OEMG - O Estado de Minas

DPE - Diário de Pernambuco

DM - Diário da Manhã

DC – Diário do Comércio

DT – Diário do Transporte

DP -Diário do Poder

CB - Correio da Bahia

CBz – Correio Braziliense

FL - Folha de Londrina

CP - Correio do Povo – PR

CR – Canal Rural

SN – Suno Notícias

NA – Notícias Agrícolas

MM – Monitor Mercantil



Produzido pela MCM Consultores Associados exclusivamente para clientes. 2023. Reprodução Proibida.

Tel: (11) 4380-7700. site: mcmconsultores.com.br e-mail: economia@mcmconsultores.com.br